

950

QUESTÕES COM RESPOSTAS

FCC
E OUTRAS INSTITUIÇÕES



SÓ 
QUESTÕES

SEFAZ-CE

**AUDITOR-FISCAL DA FAZENDA ESTADUAL 1ª CLASSE
GESTÃO FAZENDÁRIA**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática Financeira/Estatística e Raciocínio Lógico
- ▶ Administração Pública e Governança Pública
- ▶ Economia
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Direito Civil
- ▶ Direito Penal
- ▶ Direito Financeiro
- ▶ Contabilidade Geral
- ▶ Contabilidade Pública
- ▶ Auditoria



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SEFAZ-CE

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ

GABARITANDO 950 Questões Gabaritadas AUDITOR-FISCAL DA FAZENDA ESTADUAL 1ª CLASSE – GESTÃO FAZENDÁRIA

EDITAL Nº 01/2026 DE ABERTURA DE
INSCRIÇÕES

CÓD: OP-184AB-26
7908403593156

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática Financeira/Estatística e Raciocínio Lógico	53
3. Administração Pública e Governança Pública	73
4. Economia	87
5. Direito Constitucional	99
6. Direito Administrativo.....	123
7. Direito Civil.....	147
8. Direito Penal	165
9. Direito Financeiro	189
10. Contabilidade Geral	217
11. Contabilidade Pública	263
12. Auditoria	293

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FCC - 2023)

Leia o texto abaixo para responder questão.

Luís Bernardo Honwana, que faz hoje, neste sábado, 12 de Novembro, 80 anos, é um dos precursores da literatura moçambicana e um dos maiores intérpretes da moçambicanidade. Quando tinha 22 anos, em 1964, fez publicar uma obra seminal e fundadora da moderna ficção moçambicana – “*Nós Matámos o Cão Tinhoso*”. O início desta obra é um dos mais belos que se podem cotejar entre nós: “O Cão-Tinhoso tinha uns olhos azuis que não tinham brilho nenhum, mas eram enormes e estavam sempre cheios de lágrimas, que lhe escorriam pelo focinho. Metiam medo aqueles olhos, assim tão grandes, a olhar como uma pessoa a pedir qualquer coisa sem querer dizer”.

O jovem autor de “*Nós Matámos o Cão Tinhoso*”, redigira uma nota biográfica igualmente singular: “Não sei se sou realmente escritor. Acho que apenas escrevo sobre coisas que, acontecendo à minha volta, se relacionem intimamente comigo ou traduzam fatos que me pareçam decentes. Este livro de histórias é o testemunho em que tento retratar uma série de situações e procedimentos que talvez interesse conhecer”.

A realidade que estas histórias narram ultrapassa, em muito, a circunstância da mera biografia. Estes textos denunciavam, de forma resoluta e corajosa, uma realidade social profundamente injusta e desigual. Textos breves, quase todos, à excepção daquele que nomeia o volume. Provavelmente, a grande literatura seja isso mesmo: a combinação entre as faculdades da arte em si e o poder de esta nos interpelar com a realidade que ilustra ou denuncia.

(Disponível em: <https://opais.co.mz>. Adaptado)

Um sufixo é um afixo que se acrescenta ao final de uma palavra para formar novas palavras. O substantivo formado por sufixação a partir de um outro substantivo está sublinhado em:

(A) Acho que apenas escrevo sobre coisas que, acontecendo à minha volta, se relacionem intimamente comigo.

(B) Este livro é uma surpreendente obra literária e é um libelo acusatório virulento.

(C) O jovem autor de *Nós Matámos o Cão Tinhoso* redigira uma nota biográfica igualmente singular.

(D) Quando tinha 22 anos, em 1964, fez publicar uma obra seminal e fundadora da moderna ficção moçambicana.

(E) Honwana é um dos precursores da literatura moçambicana e um dos maiores intérpretes da moçambicanidade.

2. (FCC - 2022)

Leia o texto abaixo para responder à questão.

Brasil inventou a fuzarca e precisa exportar a tecnologia do furdunço

País da algazarra, alvoroço, arruaça, baderna, bagunça e bafafá tem uma desordem que há de nos levar ao progresso

1. Duvido que tenha alguma língua no mundo com tanta palavra pra bagunça quanto a nossa. E o léxico não vem do grego ou do latim: nossos termos pra desordem nasceram por aqui, às vezes sem pai nem mãe.

2. Bagunça, por exemplo: tem pais desconhecidos, assim como furdunço e fuzuê. O Brasil inventou a fuzarca – ou talvez o contrário.

3. Auê, fuzuê, frege, bafafá, rebuliço. Qualquer falante do português saberá do que trata essas palavras, mesmo que nunca as tenha ouvido. Escarcéu e banzeiro vieram do mar. O primeiro é a onda gigante, o segundo é o mar agitado, e ambos passaram a designar agitação de gente que se comporta como o mar.

4. Minha vó chamava de murundum um baú cheio de cartas e fotos – corruptela de murundu, sinônimo de barafunda, aquele amontoado de qualquer coisa. Tenho pena das bagunças obsoletas, que morreram com o tempo. Ninguém nunca me chamou pra uma patuscada, um salsifré, um bailarico. Gandaia ainda se usa, mas só pra

AMOSTRA

cair nela. Já ninguém se levanta pra uma gan-
daia.

5. Baderna veio da Marietta – a bailarina italia-
na que fez um sucesso estrondoso no Rio ao mis-
turar danças africanas e balé clássico – isso em
1850. Proibida de dançar lundu nos palcos, passou
a dançar ao ar livre, no largo da Carioca, junto com
africanos escravizados.

6. Baderna virou, primeiro, sinônimo de beleza,
depois de tumulto: seus fãs, os badernistas, pro-
testaram contra a proibição fazendo o que melhor
sabiam fazer: fuzuê. (Chamei minha filha de Marie-
ta por causa dela, e os nomes têm força: quando
não está no balé, está na bagunça – geralmente
nos dois.)

7. Arruaça quem faz são os outros – e ge-
ralmente quem acusa é a imprensa. Quando a
polícia chega, o que podia ser um tumulto vira
quebra-pau. Perceba que, quando a confusão vira
porradaria, ela ganha um hífen: se transforma num
quebra-quebra, um pega- pra-capar, um deus-nos-
-acuda, um salve-se-quem-puder, uma casa-da-
-mãe-joana, vulgo casa-da-sogra (pobre da sogra
chamada Joana).

8. Alvorço vem do árabe, onde servia pra
designar um tipo muito específico de confusão:
os gritos de alegria que a gente dá ao receber al-
guém querido. Algazarra também vem dos mouros,
mas designa um tipo de tumulto mais específico: o
banzeiro que o Exército mouro promovia antes de
atacar, pra assustar o inimigo. Os árabes, assim
como nós, tinham pós-graduação em gritaria.

9. Gosto das palavras que servem pra designar
ao mesmo tempo uma forma de confusão e uma
forma de comida – sururu, sarapatel, angu de ca-
roço. Grande parte da nossa culinária tem origem
na bagunça. Não é só o prato que parece um
murundum, mas também a ocasião em que se
come: não se degusta um sururu sem promover
um sarapatel, e vice-versa. Galhofa já significou
banquete, até virar sinônimo de bagunça, e hoje
virou humor fácil – no teatro, quando o come-
diante perde a mão, alerta-se, na coxia: “Cuidado
com a galhofa”.

10. Tem ritmo que leva a confusão no nome:
pagode, forró e frevo já significaram balbúrdia,
antes de ela se organizar em notas musicais. Até
hoje carregam a confusão em que nasceram, e,
assim que as notas soam, logo se promove um fur-
dunço. Um pagode, quando tocado sozinho, não é

precisa de alguém atrapalhando quem toca.
Forró precisa de pelo menos três pessoas, uma
tocando e duas dançando. Frevo precisa de uma
cidade inteira.

11. Dominamos, como ninguém, a tecnologia do
furdunço. Tudo o que funciona, no Brasil, do forró
ao sarapatel, conseguimos através de algazarra.
Toda tentativa de moralizar o galinheiro saiu pela
culatra: a ordem só levou ao regresso. O progres-
so só alcançamos na fuzarca – sem cair na ga-
lhofa jamais. Não existe contradição entre o balé
e a bagunça.

(DUVIVIER, Gregório. “Brasil inventou a fuzarca e precisa
exportar a tecnologia do furdunço”. Folha de São Paulo [online],
São Paulo, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>.

Acessado em: 15 set. 2022)

O processo de formação da palavra *porradaria*
é conhecido como derivação

- (A) regressiva.
- (B) prefixal.
- (C) parassintética.
- (D) sufixal.
- (E) imprópria.

3. (FCC - 2022)

Para responder à questão, leia o texto abaixo.
Meu caro,

*Não pense que me esqueci das minhas obri-
gações, muito me aflige estar em dívida com você.
Fiquei de lhe entregar os originais até o fim de
2015, e lá se vão três anos Como deve ser do
seu conhecimento, passei ultimamente por di-
versas atribulações: separação, mudança, segu-
ro-fiança para o novo apartamento, despesas
com advogados, prostatite aguda, o diabo. Não
bastassem os perrengues pessoais, ficou difícil
me dedicar a devaneios literários sem ser afeta-
do pelos acontecimentos recentes no nosso país.
Já gastei o adiantado que você generosamente
me concedeu, e ainda me falta paz de espírito
para alinhar os escritos em que tenho trabalha-
do sem trégua. Sei que é impróprio incomodá-lo
num momento em que a crise econômica pa-
rece não ter arrefecido conforme se esperava.
Estou ciente das severas condições do mercado
editorial, mas se o amigo puder me adiantar mais
uma parcela dos meus royalties, tratarei de me
isolar por uns meses nas montanhas, a fim de o
regalar com um romance*

MATEMÁTICA FINANCEIRA/ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (FCC - 2025)

Durante 10 dias, Ana e Paulo treinaram para uma competição de ciclismo. Nesse período, as médias aritméticas dos números de quilômetros diários que percorreram foram iguais. Nos 8 primeiros dias, Ana e Paulo treinaram juntos e cada um percorreu 30 km por dia; no nono dia, Ana percorreu o dobro do que percorreu Paulo e no décimo dia Paulo percorreu 28 km e Ana percorreu 20 km.

Nos 2 últimos dias, a média aritmética dos números de quilômetros diários percorridos por Ana foi

- (A) 18 km.
- (B) 28 km.
- (C) 16 km.
- (D) 24 km.
- (E) 20 km.

2. (FCC - 2024)

Alberto, Bruna e Carlos são irmãos e a média de suas idades é de 19 anos. Os três foram a uma festa e lá Alberto conheceu Dani, e a idade média dos quatro foi para 20 anos. Bruna, na festa, conheceu Emesto e a idade média dos cinco foi para 21 anos. E finalmente, quando Carlos conheceu Fernanda na festa, a idade média de todos os seis foi para 20 anos. A soma das idades de Dani e Fernanda é igual a

- (A) 44
- (B) 48
- (C) 42
- (D) 38
- (E) 46

3. (FCC - 2022)

Uma ginasta executa três vezes uma determinada prova. Suas notas, na primeira e segunda tentativas foram, respectivamente, metade e dois terços da nota da terceira tentativa. A média aritmética das notas das três tentativas foi de 32,5 pontos. A nota da primeira prova foi

- (A) 20,5 pontos.
- (B) 30,0 pontos.
- (C) 22,5 pontos.
- (D) 45,0 pontos.
- (E) 20,0 pontos.

4. (FCC - 2022)

Na tabela, temos o registro do número semanal de livros novos recebidos pela biblioteca.

Sem 1	Sem 2	Sem 3	Sem 4	Sem 5	Sem 6	Sem 7	Sem 8
15	8	12	?	?	30	26	35

Sabe-se que a média semanal de recebimento de livros é de 21 livros; no entanto, os números correspondentes às semanas 4 e 5 foram perdidos. A informação que foi recuperada é que o número de livros recebidos na semana 5 é 10% superior ao número da semana 4. Na semana 5 foram recebidos:

- (A) 12 livros.
- (B) 15 livros.

AMOSTRA

- (C) 19 livros.
- (D) 22 livros.
- (E) 25 livros.

5. (FCC - 2022)

Numa companhia com dez setores de atendimento, o setor que realiza 80 atendimentos semanais teve, em uma semana, um acréscimo de 30% no número de atendimentos em relação à semana anterior e os demais setores mantiveram o mesmo número de atendimentos. A variação da média semanal de atendimentos da companhia em relação à média de atendimentos da semana anterior foi:

- (A) 3 atendimentos
- (B) 1,5 atendimento
- (C) 3,2 atendimentos
- (D) 2,4 atendimentos
- y) 2 atendimentos

6. (FCC - 2026)

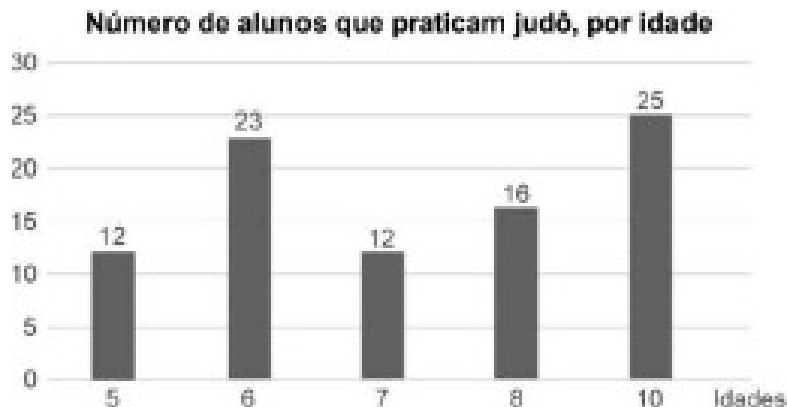
Considere uma amostra x_1, \dots, x_n . Sabendo-se que nessa amostra a moda < mediana < média arit-

mética, então o valor m que minimiza $\sum_{i=1}^n (x_i - m)^2$ será

- (A) o valor mínimo da amostra.
- (B) o valor máximo da amostra.
- (C) a mediana amostral.
- (D) a moda amostral.
- (E) a média aritmética da amostra.

7. (FCC - 2025)

O gráfico de barras fornece o número de alunos, por idade, que praticam judô em determinada academia.



A idade média desses alunos é

- (A) 7,2 anos.
- (B) 7,5 anos.
- (C) 8 anos.
- (D) 7,8 anos.
- (E) 8,2 anos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA PÚBLICA

1. (2026)

A Reforma Administrativa da Era Vargas, no período de 1930 a 1945, é considerada marco relevante da administração pública brasileira porque buscou estruturar um Estado centralizado, profissionalizado e capaz de impulsionar a modernização do país. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica central dessa reforma.

- (A) Criação do Departamento Administrativo do Serviço Público, em 1938, com fortalecimento dos concursos públicos, da meritocracia e da padronização de carreiras.
- (B) Instituição das organizações sociais como principal instrumento de parceria entre Estado e setor privado.
- (C) Extinção da burocracia administrativa e adoção plena do modelo gerencial baseado em contratos de desempenho.
- (D) Substituição da administração direta por entidades privadas sem fins lucrativos.
- (E) Criação das agências reguladoras como núcleo da administração pública moderna.

2. (2026)

O Decreto-Lei nº 200, de 1967, é apontado como marco legal da Reforma Administrativa de 1967. Acerca de suas diretrizes e efeitos, assinale a alternativa correta.

- (A) Reforçou exclusivamente a centralização política, reduzindo a atuação das entidades da administração indireta.
- (B) Formalizou a divisão entre administração direta e indireta, fortalecendo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (C) Eliminou os mecanismos de controle por resultados, preservando apenas controles formais prévios.
- (D) Criou o Departamento Administrativo do Serviço Público como órgão central de pessoal.
- (E) Instituiu o orçamento participativo como mecanismo obrigatório de gestão municipal.

3. (2026)

A Reforma Gerencial de 1995, associada ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, representou mudança relevante no modelo de administração pública brasileira. Assinale a alternativa que melhor caracteriza esse paradigma.

- (A) Predomínio da desconfiança total sobre o gestor e controle exclusivo de procedimentos a priori.
- (B) Supressão da autonomia administrativa das entidades públicas e concentração decisória na administração direta.
- (C) Ênfase em resultados, produtividade, qualidade dos serviços, autonomia administrativa e contratos de gestão.
- (D) Retorno ao patrimonialismo como forma de simplificação da gestão estatal.
- (E) Restrição das parcerias entre Estado e sociedade civil, com vedação à atuação de organizações sociais.

4. (2026)

Considerando a gestão de suprimentos na administração pública e a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) As aquisições públicas podem dispensar critérios objetivos de seleção sempre que houver urgência administrativa.
- (B) O planejamento de compras é irrelevante quando há disponibilidade orçamentária suficiente.
- (C) A gestão pública de suprimentos tem como finalidade principal maximizar lucro e reduzir obrigações de transparência.
- (D) A aquisição de materiais e serviços deve observar planejamento, critérios objetivos, divulgação dos atos e controles legais.
- (E) A legislação de licitações exclui a necessidade de fiscalização pelos tribunais de contas.

5. (2026)

A logística na administração pública envolve o fluxo de materiais, serviços e informações, desde a origem até o destino final. Assinale a alternativa que expressa corretamente seu papel.

- (A) Atua de modo isolado, sem integração com compras, almoxarifado ou controle de estoques.
- (B) Restringe-se à contratação de transportadoras privadas, sem relação com planejamento institucional.
- (C) Abrange apenas a etapa posterior ao consumo dos bens públicos.
- (D) Substitui integralmente a gestão de suprimentos e dispensa controle patrimonial.
- (E) Coordena transporte, movimentação, armazenamento, distribuição e manutenção de estoques, alinhando operação e estratégia.

6. (2026)

Os processos participativos de gestão pública foram fortalecidos pela Constituição Federal de 1988, que combinou democracia representativa e participativa. Assinale a alternativa correta.

- (A) Conselhos, conferências, audiências e consultas públicas são exemplos de instrumentos participativos previstos na legislação brasileira.
- (B) A participação social substitui integralmente os processos eleitorais periódicos.
- (C) A Constituição Federal de 1988 restringiu a participação social ao controle posterior das políticas públicas.
- (D) Os processos participativos impedem a atuação complementar da sociedade na implementação de políticas sociais.
- (E) A democracia participativa é incompatível com a democracia representativa.

7. (2026)

Os conselhos gestores de políticas públicas são instrumentos relevantes de participação social. Sobre suas características, assinale a alternativa correta.

- (A) São órgãos privados sem vínculo com o Poder Executivo e sem função pública.
- (B) Possuem composição plural e paritária, articulando representantes do poder público e da sociedade civil na gestão de políticas públicas.
- (C) Devem atuar exclusivamente na execução direta de obras públicas municipais.

(D) São formados apenas por servidores efetivos da administração direta.

(E) Têm como finalidade substituir o orçamento público por financiamento privado.

8. (2026)

O orçamento participativo é apresentado no texto como mecanismo de democracia participativa aplicado, em geral, no âmbito municipal. Assinale a alternativa correta.

- (A) Elimina a necessidade de elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- (B) Restringe-se à consulta informal de lideranças políticas, sem deliberação comunitária.
- (C) Combina elementos de democracia direta, como assembleias, e de democracia representativa, como eleição de delegados.
- (D) Impede a prestação de contas das autoridades aos cidadãos.
- (E) Tem como finalidade exclusiva reduzir a participação social nos investimentos públicos.

9. (2026)

A Lei nº 13.019/2014 instituiu instrumentos para formalizar parcerias entre governo e organizações da sociedade civil. Acerca do termo de colaboração, assinale a alternativa correta.

- (A) É utilizado apenas quando não há qualquer repasse financeiro.
- (B) É proposto exclusivamente por cidadãos, sem participação do poder público.
- (C) Substitui todos os contratos administrativos de compra de bens comuns.
- (D) Formaliza parceria em que o poder público define o problema, os objetivos, as metas, os prazos e os valores repassados à organização da sociedade civil.
- (E) É instrumento destinado exclusivamente a sociedades empresárias com fins lucrativos.

10. (2026)

Sobre o termo de fomento previsto na Lei nº 13.019/2014, assinale a alternativa correta.

- (A) Ocorre quando o poder público apresenta proposta já inserida em programa governamental obrigatório.
- (B) Exclui a necessidade de objetivos, metas, prazos e custos estimados.
- (C) É instrumento próprio apenas para parcerias sem transferência de recursos financeiros.

ECONOMIA

1.(2026)

A economia, enquanto ciência social aplicada, parte do reconhecimento de que os recursos disponíveis são limitados diante de necessidades humanas potencialmente ilimitadas. Considerando esse fundamento, assinale a alternativa que melhor expressa o papel da escassez na análise microeconômica.

- (A) A escassez obriga indivíduos, empresas e governos a realizarem escolhas sobre o uso de recursos limitados.
- (B) A escassez ocorre apenas em países pobres, nos quais a renda média da população é reduzida.
- (C) A escassez equivale exclusivamente à ausência de dinheiro para adquirir bens e serviços.
- (D) A escassez deixa de existir quando há avanços tecnológicos significativos.
- (E) A escassez impede qualquer forma de planejamento econômico eficiente.

2.(2026)

Uma sociedade precisa decidir como utilizar seus recursos produtivos limitados. Nesse contexto, as três questões econômicas fundamentais — o que produzir, como produzir e para quem produzir — relacionam-se diretamente:

- (A) à eliminação completa dos custos de oportunidade.
- (B) à necessidade de alocar recursos escassos entre fins alternativos.
- (C) à impossibilidade de existência de mercados competitivos.
- (D) à substituição integral das escolhas individuais por decisões governamentais.
- (E) à inexistência de limitações tecnológicas nas economias modernas.

3.(2026)

Um estudante dispõe de cinco horas livres e decide utilizá-las para estudar, deixando de trabalhar, descansar ou se divertir. À luz da microeconomia, essa situação ilustra principalmente o conceito de:

- (A) equilíbrio de mercado.
- (B) imposto específico.
- (C) custo de oportunidade.
- (D) receita marginal.
- (E) elasticidade da oferta.

4.(2026)

O custo de oportunidade corresponde ao valor da melhor alternativa sacrificada em razão de uma escolha. Considerando esse conceito, assinale a alternativa correta.

- (A) O custo de oportunidade é sempre igual ao gasto monetário efetivamente desembolsado.
- (B) O custo de oportunidade só existe em decisões empresariais, não em escolhas individuais.
- (C) O custo de oportunidade é irrelevante quando os recursos são públicos.
- (D) O custo de oportunidade pode envolver perda de utilidade, rendimento, satisfação ou bem-estar.
- (E) O custo de oportunidade desaparece quando a decisão é tomada de forma racional.

5.(2026)

Em economia, o termo trade-off é utilizado para descrever situações em que uma escolha implica renúncia a outra alternativa. Assinale a alternativa que representa adequadamente esse conceito.

- (A) Aumento simultâneo de todos os bens disponíveis sem qualquer restrição.
- (B) Redução dos preços sem alteração da quantidade demandada.
- (C) Escolha que elimina definitivamente a escassez.
- (D) Situação em que o governo fixa preços acima do equilíbrio.
- (E) Decisão entre estudar para uma prova ou dedicar o mesmo tempo ao lazer.

6.(2026)

A fronteira de possibilidades de produção — FPP — é um modelo utilizado para demonstrar escolhas produtivas diante da escassez. Nesse modelo, o deslocamento ao longo da curva indica que:

- (A) produzir mais de um bem exige reduzir a produção de outro, dados os recursos e a tecnologia disponíveis.
- (B) todos os recursos estão necessariamente desempregados.
- (C) a sociedade pode produzir quantidades ilimitadas de todos os bens.
- (D) o custo de oportunidade é sempre nulo.
- (E) a tecnologia não exerce influência sobre a produção.

7.(2026)

Em microeconomia, agir racionalmente significa avaliar alternativas, comparar custos e benefícios e escolher a opção que maximize o benefício líquido possível. Com base nessa ideia, assinale a alternativa correta.

- (A) A racionalidade econômica pressupõe que todos os agentes sempre possuem informação perfeita.
- (B) Um consumidor racional tende a buscar a alternativa que lhe proporcione maior satisfação em relação ao custo.
- (C) A racionalidade elimina a influência de preços e incentivos.
- (D) A racionalidade é incompatível com decisões empresariais voltadas ao lucro.
- (E) A racionalidade limitada significa ausência absoluta de objetivos econômicos.

8.(2026)

A economia comportamental reconhece que os agentes nem sempre tomam decisões perfeitamente racionais. Nesse sentido, a racionalidade limitada está associada:

- (A) à inexistência de escassez em escolhas cotidianas.
- (B) à igualdade entre preço e custo marginal em todos os mercados.
- (C) a limitações cognitivas, falta de informação, emoções e fatores sociais que afetam decisões.

(D) à impossibilidade de qualquer comportamento previsível.

(E) à eliminação de incentivos econômicos positivos e negativos.

9.(2026)

Incentivos econômicos são fatores que alteram o comportamento de indivíduos ou organizações ao afetarem custos ou benefícios. Constitui exemplo de incentivo positivo:

- (A) multa por descarte irregular de resíduos.
- (B) aumento de impostos sobre cigarros.
- (C) juros elevados sobre crédito ao consumidor.
- (D) bônus por produtividade concedido a trabalhadores.
- (E) restrição legal à venda de determinado produto.

10.(2026)

Um governo aumenta a tributação sobre cigarros com o objetivo de reduzir seu consumo. Considerando a teoria dos incentivos, essa medida configura:

- (A) ausência de intervenção econômica.
- (B) incentivo positivo ao consumo.
- (C) neutralidade completa de preços.
- (D) ampliação da renda real dos consumidores.
- (E) incentivo negativo, pois eleva o custo de consumir o produto.

11.(2026)

Na microeconomia, mercado não se restringe a um espaço físico. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de mercado.

- (A) Estrutura na qual ocorre troca voluntária de bens e serviços, com interação entre compradores e vendedores.
- (B) Local exclusivamente físico em que produtores vendem mercadorias.
- (C) Órgão estatal responsável por definir todos os preços da economia.
- (D) Ambiente em que apenas consumidores tomam decisões econômicas.
- (E) Sistema no qual não há formação de preços.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - 2022)

Ao disciplinar o direito de greve dos servidores públicos, a Constituição Federal estabeleceu, expressamente, que “será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”. Quanto à sua capacidade de produção de efeitos, cuida-se de norma constitucional de eficácia

- (A) limitada.
- (B) contida.
- (C) plena.
- (D) programática.
- (E) restritivo.

2. (FCC - 2025)

Matias, médico, fazia sua caminhada noturna quando, ao passar na frente de uma residência, viu o morador dessa casa caído no chão se debatendo, tendo uma crise convulsiva. Imediatamente Matias arrombou o portão e entrou no imóvel para prestar-lhe socorro, mesmo sem o consentimento do morador.

Nessa situação, Matias

- (A) não podia ter penetrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.
- (B) podia ter penetrado no imóvel, pois a prestação de socorro é a única exceção feita pela Constituição Federal à regra de que a casa é o asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador.
- (C) podia ter penetrado no imóvel, pois, apesar da casa ser asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, são ressalvados os casos de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- (D) não podia ter penetrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, ressalvados os casos de flagrante delito ou desastre.

(E) não podia ter penetrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, exceto, durante o dia, por determinação judicial.

3. (FCC - 2024)

De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais,

- (A) somente será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- (B) nenhum brasileiro será extraditado, salvo nos casos de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (C) somente se justifica a censura às manifestações políticas, ideológicas ou artísticas quando fundamentadas nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- (D) a prática da tortura para a obtenção de prova em crimes graves é excepcionalmente justificável diante da primazia da proteção à vida e à liberdade.
- (E) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

4. (FCC - 2024)

A Constituição Federal dispõe ser inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem

- (A) do Ministério Público, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de instrução processual em que envolver a proteção de incapazes, do patrimônio público e social, e do meio ambiente.
- (B) judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

AMOSTRA

(C) das autoridades públicas, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de obtenção de informações sensíveis à segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, bem como na investigação de crimes graves.

(D) da autoridade policial, para fins de investigação criminal, administrativa e nos casos em que envolver interesse público.

(E) do Ministro da Justiça, nas hipóteses em que envolver questões de segurança nacional.

5. (FCC - 2024)

Em conformidade com a Constituição Federal, os tratados internacionais sobre direitos humanos

(A) não serão equivalentes, em nenhuma hipótese, às emendas constitucionais.

(B) serão equivalentes às emendas constitucionais, desde que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em um único turno, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

(C) serão equivalentes às emendas constitucionais, desde que aprovados, em qualquer uma das Casas do Congresso Nacional, em três turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.

(D) serão equivalentes às emendas constitucionais, desde que aprovados, em um único turno, por maioria absoluta dos votos dos membros do Congresso Nacional.

(E) serão equivalentes às emendas constitucionais, desde que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

6. (FCC - 2024)

De acordo com a Constituição Federal, o brasileiro naturalizado que invocar motivo de crença religiosa para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, recusando-se, também, a cumprir prestação alternativa, fixada em lei,

(A) poderá ser privado de direitos, pois, para isso, basta apenas que brasileiros ou estrangeiros invoquem crença religiosa para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, ainda que não se recusem a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

(B) não poderá ser privado de direitos em nenhuma hipótese, pois é assegurada a brasileiros e estrangeiros residentes no País a liberdade de crença religiosa.

(C) poderá ser privado de direitos, pois invocou crença religiosa para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusou-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

(D) poderá ser privado de direitos, pois é inviolável a liberdade de crença religiosa apenas dos brasileiros natos.

(E) não poderá ser privado de direitos, em nenhuma hipótese, pois é assegurada apenas a brasileiros, natos ou naturalizados, a liberdade de crença religiosa no País.

7. (FCC - 2023)

Virgulino tem uma dívida civil vencida de R\$ 5.000,00 e está com receio de ser preso, caso não faça a respectiva quitação. Após consulta a um advogado, o profissional respondeu a ele que, nos termos da Constituição Federal, é

(A) vedada a prisão civil por dívida, desde que de valores inferiores a R\$ 10.000,00.

(B) permitida a prisão civil por dívida, desde que de valores superiores R\$ 3.000,00.

(C) vedada a prisão civil por dívida, em qualquer hipótese e valor.

(D) permitida a prisão civil por dívida, do responsável pelo pagamento de obrigação alimentícia, se o inadimplemento decorre de ato voluntário e inescusável do devedor.

(E) permitida a prisão civil por dívida, do responsável pelo pagamento de obrigação alimentícia, ainda que o inadimplemento decorra de ato involuntário e escusável do devedor.

8. (FCC - 2023)

A lei penal pode retroagir apenas para

(A) beneficiar o réu.

(B) criminalizar novas condutas.

(C) aumentar a pena prevista

(D) julgamento de crimes dolosos contra a vida,

(E) aplicação na execução penal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FCC - 2025)

Os princípios que regem as atividades da Administração Pública podem ser aplicados como fundamento para

- (A) a elaboração e o controle de violação de normas vigentes, a exemplo do princípio da impessoalidade, que embasa a disciplina de procedimentos de chamamento e de licitação.
- (B) a instauração de procedimentos de apuração de infrações disciplinares por servidores, como o princípio da impessoalidade, não se prestando, contudo, para viabilizar procedimentos de apuração em razão de ilícitos praticados por pessoas jurídicas.
- (C) dispensar o cumprimento de norma legal expressa, a exemplo do princípio da eficiência, nos casos em que outra solução seja comprovadamente mais célere, mais econômica e atenda à necessidade da Administração Pública.
- (D) a edição de atos administrativos não sujeitos a controle judicial, porque oriundos de discricionariedade do ente.
- (E) o controle externo da Administração Pública, a exemplo do princípio da legalidade, cujo descumprimento pode ensejar a revogação dos atos administrativos.

2. (FCC - 2024)

O regime jurídico administrativo contempla prerrogativas e sujeições em relação a entidades que integram a Administração, muitas das quais expressas na forma de princípios, entre os quais

- (A) eficiência, incidente precipuamente sobre empresas públicas e sociedades de economia mista que atuem no mercado em regime de competição com o setor privado, podendo ser invocado para afastar a observância de exigências legais quando as mesmas não sejam também aplicáveis aos seus concorrentes.
- (B) autotutela, que autoriza a revogação de atos administrativos por critério de conveniência e oportunidade e vício de legalidade, exercida pelo Chefe do Executivo em relação às

entidades da Administração Direta e Indireta.

- (C) proporcionalidade, que predica que a imposição de obrigações, restrições e sanções aos administrados não pode ser feita em medida superior ao estritamente necessário ao atendimento da finalidade pública.
- (D) hierarquia, segundo o qual os agentes públicos submetem-se a uma cadeia central de comando, tendo o dever de acatar as determinações de seus superiores, sendo uma de suas manifestações a subordinação dos diretores de empresas públicas às decisões e orientações emanadas do acionista controlador.
- (E) legalidade, considerado o principal princípio reitor da Administração Pública, segundo o qual o exercício dos poderes administrativos, tais como o poder de polícia e o poder disciplinar, não são dotados de discricionariedade, materializando-se em atos vinculados.

3. (FCC - 2022)

Uma autoridade pública assinou um ato administrativo no dia 10 de abril, sendo que, no mesmo dia, edição do Diário Oficial publicou sua exoneração, a partir daquela data.

Em vista do ocorrido, conclui-se que o ato em questão

- (A) possui vício de competência, que permite a convalidação do ato.
- (B) não possui vício, pois a exoneração só produz efeitos no dia seguinte.
- (C) possui vício de forma, que impede a convalidação do ato.
- (D) possui vício de motivo, que permite a convalidação do ato.
- (E) possui vício de finalidade, que impede a convalidação do ato.

AMOSTRA

4. (FCC - 2022)

Constitui um dos elementos ou requisitos do ato administrativo a

- (A) finalidade.
- (B) autoexecutoriedade.
- (C) tipicidade.
- (D) presunção de legitimidade e veracidade.
- (E) imperatividade.

5. (FCC - 2025)

Conforme clássica lição doutrinária, o atributo da imperatividade não está presente em todos os atos administrativos, estando ausente nos atos

- (A) ablatórios.
- (B) sancionatórios.
- (C) ordinatórios.
- (D) enunciativos.
- (E) normativos.

6. (FCC - 2023)

Os atos administrativos, quanto à forma, podem ser exteriorizados como

- (A) sentença jurisdicional, alvará e decreto.
- (B) homologação, portaria e resolução.
- (C) decreto, circular e alvará.
- (D) visto, portaria e circular.
- (E) sentença jurisdicional, resolução e instrução.

7. (FCC - 2022)

Um gestor contratual atesta de forma definitiva, mediante termo detalhado, o recebimento de um produto nos autos do processo administrativo dedicado à gestão contratual. Todavia, uma auditoria do órgão constata que o produto recebido, embora embalado como se fosse da qualidade "A", prevista no contrato, era na realidade da qualidade "B", notoriamente inferior. Notificada, a empresa contratada alega erro em seu processo produtivo e se dispõe a substituir o produto.

De acordo com a situação acima, o ato administrativo de recebimento do objeto contratual deve ser

- (A) convalidado, uma vez que haja a substituição do material equivocadamente fornecido.
- (B) revogado, com base em exercício de discricionariedade técnica.
- (C) mantido, com base no princípio da economia processual.
- (D) cassado, em vista do descumprimento de

requisitos por seu beneficiário.
(E) invalidado, por vício de motivo.

8. (FCC - 2022)

Após ultrapassados dois meses da prática de um ato administrativo, a Administração pública retirou-o do mundo jurídico, por constatar grave vício relativo ao motivo do ato. No caso narrado, o desfazimento do ato deu-se através do instituto da

- (A) discricionariedade.
- (B) revogação.
- (C) convalidação.
- (D) vinculação.
- (E) anulação.

9. (FCC - 2022)

Considere a seguinte situação hipotética: Carlos é servidor público federal do Tribunal Regional do Trabalho. Joaquim, superior hierárquico de Carlos, concedeu-lhe, em 10 de agosto de 2022, afastamento para servir a outro órgão, pelo período de dois meses. Findo o período narrado, Joaquim manifestou sua intenção de revogar o ato administrativo de afastamento por razões de conveniência e oportunidade. A revogação

- (A) não será possível, porque a revogação não se justifica por razões de conveniência e oportunidade; destina-se a invalidar direitos adquiridos.
- (B) será possível, desde que o ato de afastamento apresente algum vício de legalidade.
- (C) não será possível, uma vez que a revogação produz efeitos *ex tunc*.
- (D) será possível, desde que o ato de afastamento seja válido, podendo ser efetivada não só por Joaquim, como pelo Poder Judiciário.
- (E) não será possível, pois o ato já exauriu os seus efeitos.

10. (FCC - 2026)

Acerca dos atos administrativos, é correto afirmar:

- (A) a Administração pública pode anular seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, exceto se deles originarem direitos, situação que ensejará a convalidação do ato.
- (B) a convalidação produz efeitos retroativos à data em que praticado o ato eivado de vício.

DIREITO CIVIL

1. (FCC - 2025)

Sobre o sistema de direito privado é correto afirmar:

(A) Em face da aplicação dos preceitos da boa-fé objetiva e da confiança, admite-se a redução do conteúdo obrigacional de um contrato pela inércia da parte em exercer faculdade ou pretensão, não se admitindo sua ampliação em situação análoga.

(B) O Código Civil de 2002, no uso da técnica legislativa das normas abertas, faz uso dos conceitos jurídicos indeterminados, mas não das cláusulas gerais em razão da insegurança ínsita nessa espécie normativa.

(C) Somente se admite o controle de convencionalidade da legislação civil com base em tratados internalizados na condição de emendas constitucionais, uma vez que o Supremo Tribunal Federal entende que os tratados internacionais têm o status de infralegalidade.

(D) A diretriz da socialidade promove a superação da natureza subjetiva dos direitos em face da prevalência absoluta dos interesses sociais e coletivos sobre o exercício individual dos direitos titularizados.

(E) A função social dos contratos age como elemento limitador, mas não finalístico, do exercício de direitos individuais em relação aos interesses sociais ou coletivos, uma vez que, embora os direitos subjetivos e potestativos não precisem ser exercidos em razão de uma funcionalidade social, estão limitados por funcionalidades coletivas.

2. (FCC - 2025)

Considere o Código Civil brasileiro para responder à questão.

Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência,

(A) quando a pessoa era absolutamente incapaz.

(B) se alguém, desaparecido em campanha, não for encontrado até seis meses após o término da guerra.

(C) se a pessoa estava em perigo de vida, independentemente do esgotamento das buscas e averiguações.

(D) nos casos em que a pessoa era considerada relativamente incapaz.

(E) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, desde que esgotadas as buscas e averiguações.

3. (FCC - 2025)

Considere as seguintes situações:

1. Leonardo, 17 anos de idade, casou-se aos 16 anos.

2. Graziella, que completou 17 anos de idade há seis meses, foi emancipada por seus pais, na última semana, mediante instrumento público, sem homologação judicial.

A incapacidade

(A) cessou para Leonardo e Graziella.

(B) não cessou nem para Leonardo nem para Graziella, pois, no caso de Graziella, a emancipação não pode ser concedida por instrumento público, mas só por sentença judicial.

(C) cessou para Leonardo, apenas.

(D) cessou para Graziella, apenas.

(E) não cessou nem para Leonardo nem para Graziella, podendo cessar para Graziella se o instrumento público for homologado judicialmente.

4. (FCC - 2024)

Cessar, para os menores, a incapacidade civil:

I. Pelo casamento.

II. Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

III. Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

AMOSTRA

Com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com o Código Civil, está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

5. (FCC - 2022)

Letícia tem 17 anos de idade e sofre de enfermidade mental que a impossibilita, de modo permanente, de exprimir sua vontade. Fernando, por sua vez, possui 21 anos de idade e, por conta de deficiência mental, tem o discernimento reduzido.

De acordo com a atual redação do Código Civil,

- (A) Letícia é relativamente incapaz, ao passo que Fernando não incorre em hipótese de incapacidade, absoluta ou relativa.
- (B) Letícia e Fernando são relativamente incapazes.
- (C) Letícia e Fernando são absolutamente incapazes.
- (D) nem Letícia, nem Fernando incorrem em hipótese de incapacidade, absoluta ou relativa.
- (E) Letícia é relativamente incapaz, mas deixará de sê-lo ao completar 18 anos, ao passo que Fernando é absolutamente incapaz.

6. (FCC - 2022)

No tocante aos atos da vida civil, as pessoas naturais que não puderem exprimir sua vontade são consideradas

- (A) absolutamente incapazes, mesmo que tal impossibilidade decorra de causa transitória.
- (B) absolutamente incapazes, desde que tal impossibilidade decorra de causa permanente.
- (C) relativamente incapazes, mesmo que tal impossibilidade decorra de causa transitória.
- (D) relativamente incapazes, desde que tal impossibilidade decorra de causa permanente.
- (E) plenamente capazes, mas devem ser representadas.

7. (FCC - 2024)

Paulo e Luiza estabelecem, em contrato de namoro, cláusula de renúncia aos efeitos pessoais e patrimoniais de uma união estável, o que tem sido entendido, por parte da doutrina e jurisprudência,

como contrato nulo. Tal fundamento encontra respaldo no direito de personalidade, diante de seu aspecto:

- (A) irrenunciável.
- (B) imprescritível.
- (C) intransponível.
- (D) impenhoráveis.
- (E) intransmissível.

8. (FCC - 2025)

O Código Civil estabelece que as pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado, elencando em seguida as entidades dotadas de personalidade jurídica. De acordo com esse mesmo diploma legal, os chamados “empreendimentos de economia solidária”

- (A) não são pessoas jurídicas.
- (B) são pessoas jurídicas de direito público interno.
- (C) são pessoas jurídicas de direito privado.
- (D) são pessoas jurídicas de direito público externo.
- (E) são pessoas jurídicas de direito público e privado.

9. (FCC - 2025)

São pessoas jurídicas de direito público interno

- (A) apenas a União, os Estados, o Distrito federal e os Municípios.
- (B) a União, os Estados, os Municípios e suas autarquias.
- (C) a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e as empresas públicas por eles criadas.
- (D) a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, suas autarquias, as sociedades de economia mista e as empresas públicas.
- (E) a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e as empresas públicas.

10. (FCC - 2023)

De acordo com o Código Civil, os partidos políticos são

- (A) autarquias.
- (B) pessoas jurídicas de direito público externo.
- (C) associações públicas.
- (D) entidades de caráter público criadas por lei.
- (E) pessoas jurídicas de direito privado.

DIREITO PENAL

1. (FCC - 2026)

Considere a seguinte doutrina:

“Trata-se de outra conquista do direito penal moderno, impedindo que terceiros inocentes e totalmente alheios ao crime possam pagar pelo que não fizeram, nem contribuíram para que fosse realizado. A família do condenado, por exemplo, não deve ser afetada pelo crime cometido. Por isso, prevê a Constituição, no art. 5º, XLV que nenhuma pena passará da pessoa do condenado.” (Código Penal Comentado, Guilherme de Souza Nucci, p.12, Forense, 14.ed.)

O autor está tratando de uma acepção, no direito penal, do princípio

- (A) do devido processo legal.
- (B) da anterioridade.
- (C) da legalidade.
- (D) da personalidade.
- (E) da dignidade da pessoa humana.

2. (FCC - 2025)

A vadiagem era um ilícito penal previsto no artigo 59 do Decreto-lei nº 3.688 de 1941, e definida como a prática habitual de ociosidade por quem era apto para o trabalho, mas não tinha renda para se sustentar, ou que se sustentava por meio de atividades ilícitas. Contudo, tal conduta foi retirada do ordenamento jurídico pelo projeto de Lei nº 1.212/2021, aprovado pela Comissão de Segurança Pública do Senado em agosto de 2023. Um dos fundamentos para a sua retirada foi que não se admite a criação de tipos penais incriminadores da personalidade do cidadão, pois no Brasil veda-se o Direito Penal do autor. Com a exclusão da vadiagem do ordenamento jurídico, respeitou-se o princípio do direito penal da

- (A) responsabilidade pessoal.
- (B) responsabilidade subjetiva.
- (C) exteriorização ou materialização do fato.
- (D) legalidade.
- (E) irretroatividade da lei penal.

3. (FCC - 2024)

Adelmo foi condenado, com sentença transitada em julgado, e está cumprindo pena em estabelecimento prisional. Sua companheira, Rita, ao tentar visitá-lo, foi surpreendida no momento da revista tentando ingressar no local portando substância proibida, fato que não era do conhecimento de Adelmo. Diante disso, foi determinada a instauração de um inquérito policial, culminando, após o regular processo, na condenação de Adelmo e Rita pela prática de ilícito penal relacionado ao evento acima descrito. Considerando tão somente as informações apresentadas na questão, a condenação de Adelmo ofendeu, em tese, o princípio do direito penal da:

- (A) responsabilidade pessoal do agente.
- (B) bagatela ou da insignificância.
- (C) intervenção mínima.
- (D) humanidade da pena.
- (E) anterioridade da lei.

4. (FCC - 2022)

Rafael, primário, foi preso em flagrante delito após tentar subtrair poucos bens de uma rede de Supermercados. Avaliados, os bens totalizaram R\$ 38,00 (trinta e oito reais) e foram integralmente restituídos à vítima. Nesse caso, o Defensor Público fundamentará seu pedido de absolvição por insignificância com base no princípio da

- (A) aceitação social.
- (B) intervenção mínima.
- (C) reserva legal.
- (D) isonomia.
- (E) ampla defesa.

5. (FCC - 2023)

A autoria mediata

- (A) no erro determinado por terceiro em caso de homicídio não admite a figura do instrumento impunível no direito brasileiro.
- (B) é incompatível com a obediência hierárquica impositiva de dever em razão da impossibilidade de erro de proibição na hipótese.

AMOSTRA

(C) em caso de instrumento que atua justificadamente, como na denúncia caluniosa, é impunível por ausência de ilicitude das condutas de autor e instrumento.

(D) permite o excesso do instrumento ao extrapolar a determinação do autor, que nesse caso responde pelo resultado em sua integralidade.

(E) pode ocorrer na coação moral irresistível por cabal domínio do fato através do domínio da vontade do coagido, inclusive em tráfico de drogas.

6. (FCC - 2025)

Josué, aproveitando-se dos equipamentos emprestados por um amigo, falsificou inúmeros bilhetes de transporte público administrado por determinado Município, colocando-os em circulação. A polícia inicia intensa investigação e consegue apurar a autoria delitiva. Após obter a necessária ordem judicial, comparece na residência de Josué para cumprimento de mandado de busca domiciliar e de mandado de prisão preventiva contra ele. Josué acaba sendo preso pela polícia. Neste caso hipotético, na esteira do Código Penal, Josué cometeu, em tese, o crime de

- (A) falsificação de selo ou sinal público.
- (B) fraude em certames de interesse público.
- (C) falsidade ideológica.
- (D) falsificação de papéis públicos.
- (E) falsificação de documento público.

7. (FCC - 2026)

Eliane é empregada contratada de uma empresa privada que realizava eventos na cidade de Cuiabá. Uma semana antes do carnaval, Eliane ficou doente e foi a um hospital da rede SUS (Sistema Único de Saúde), ocasião em que o médico lhe deu um atestado determinando seu afastamento do trabalho por 4 dias. Ocorre que Eliane decidiu aproveitar essa chance para emendar o feriado do carnaval, alterando, ela própria, o número de dias de afastamento constante no atestado para 8 dias. Eliane então mandou seu atestado para o Recursos Humanos da empresa para abonar suas faltas. Todavia, o funcionário do RH descobriu a falsidade e encaminhou o caso à polícia. De acordo com a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, a conduta de Eliane configura

- (A) uso de documento falso, com a pena prevista para falsificação de documento público.

(B) uso de documento falso e falsidade ideológica, em concurso formal.

(C) uso de documento falso, com a pena prevista para a falsificação de documento particular.

(D) falsidade material de atestado ou certidão.

(E) conduta atípica.

8. (FCC - 2024)

Durante uma abordagem policial por suspeita de prática de crime, José Bonilácio da Silva apresentou-se perante a autoridade policial e subcreveu o Termo de Auto de Prisão em Flagrante Delito e Termo de Qualificação, Vida Progressiva e Interrogatório com o nome de Pedro de Alcântara. Horas depois, quando Benjamin da Silva, filho de José Bonilácio, compareceu à Delegacia de Polícia para prestar esclarecimentos sobre a prisão de seu genitor, os agentes públicos verificaram sua certidão de nascimento, ocasião em que constataram o verdadeiro nome do suspeito. Considerando tão somente as informações apresentadas na questão, José Bonifácio teria praticado, em tese, o crime de:

- (A) falsidade ideológica.
- (B) falsidade de identidade.
- (C) falsificação de documento público.
- (D) uso de documento falso.
- (E) supressão de documento.

9. (FCC - 2025)

Marcelo foi denunciado pela prática dos delitos de receptação e adulteração de sinal identificador de veículo automotor, previstos nos artigos 180, caput, e 311, § 2º, III, ambos do Código Penal, em concurso material. Isso porque, no dia 10 de janeiro de 2025, teria sido flagrado pela polícia conduzindo um veículo sem emplacamento, sendo que, após consulta ao número do chassi e do motor do veículo, que estavam intactos, constatou-se que o automóvel era produto de furto praticado um mês antes.

Considerando que o processo foi instruído com provas do crime antecedente de furto do veículo e com laudo pericial atestando a ausência das placas, é juridicamente correto alegar na defesa de Marcelo:

- (A) O afastamento do concurso material e a aplicação da continuidade delitiva, pois os delitos imputados ao réu, além de terem sido

DIREITO FINANCEIRO

1. (FCC - 2025)

Suponha que em um contrato de parceria público-privada, no qual a legislação de regência permite o oferecimento de garantia pela Administração, esta tenha ofertado em garantia ao privado a receita decorrente de créditos não tributários objeto de parcelamento administrativo. Tal previsão foi contestada pelos órgãos de controle, com base no princípio da não afetação ou não vinculação, dado que tais créditos foram considerados na previsão de receitas que embasou a Lei Orçamentária Anual. Referido entendimento afigura-se juridicamente

(A) correto, eis que somente por lei específica pode haver vinculação em garantia a particulares de produto de impostos e de outros créditos não tributários.

(B) correto, dado que a vinculação de produto de impostos e outros créditos não tributários somente pode ser feita como garantia e meio de pagamento à União.

(C) equivocado, eis que tal princípio veda a vinculação de produto de imposto a órgão ou fundo, não se aplicando a outras receitas orçamentárias.

(D) correto, eis que o princípio em questão veda qualquer destinação vinculada de receita orçamentária ou de projeção de receita futura.

(E) equivocado, eis que tal princípio veda apenas a vinculação em garantia de produto de tributos, incluindo impostos, taxas e contribuições.

2. (FCC - 2025)

O princípio da especialização ou da discriminação que informa os orçamentos públicos predica:

(A) que as receitas devem ser discriminadas por fonte, sendo vedada a aplicação de receitas correntes em despesas de capital, salvo quando houver excesso de arrecadação suficiente para caracterizar superávit financeiro.

(B) que a discriminação da despesa far-se-á, no mínimo, por elementos, admitindo-se, contudo, dotações globais, classificadas como despesas de capital, para custear Programas Especiais de Trabalho.

(C) a obrigatoriedade de indicação da fonte específica e individualizada das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual, salvo quando se tratar de despesas de caráter obrigatório.

(D) que todas as receitas previstas e as despesas consignadas ou autorizadas na Lei Orçamentária Anual devem estar discriminadas, por categoria econômica, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

(E) que apenas as despesas relativas a projetos ou programas previstos no Plano Plurianual devem ser discriminadas por elementos, sendo as demais discriminadas, no mínimo, por categoria econômica.

3. (FCC - 2024)

A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2024 de um ente público respeita o princípio orçamentário da exclusividade ao

(A) fixar despesas para a devolução de depósito em caução recebida em 18/06/2024.

(B) fixar despesas para a devolução de depósito em caução recebida em 15/03/2023.

(C) autorizar a abertura de crédito suplementar no referido exercício.

(D) fixar o montante da reserva de contingência destinada a passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

(E) estabelecer as condições para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

4. (FCC - 2023)

Acerca dos princípios orçamentários:

(A) Por conta do princípio da não afetação das receitas, é proibida a vinculação das receitas decorrentes de taxas.

(B) É plenamente possível, com base no princípio do orçamento bruto, que despesas financeiras recorrentes de um Ente Público sejam deduzidas de seu orçamento global.

AMOSTRA

(C) O princípio da unidade, em conjunto com o princípio da totalidade, é o que permite entender que, mesmo com a existência dos orçamentos fiscal, de investimentos e da seguridade social, a unidade orçamentária é respeitada.

(D) O princípio da exclusividade determina que o orçamento anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e fixação da despesa. Sendo assim, o projeto da Lei Orçamentária Anual não pode prever autorização para contratação de operações de crédito.

(E) Sob motivos de segurança nacional, algumas despesas destinadas à manutenção das forças policiais podem ser omitidas do orçamento anual, não afrontando, portanto, os princípios da universalidade e publicidade.

5. (FCC - 2022)

São princípios orçamentários específicos ou setoriais:

(A) legalidade orçamentária, exclusividade, universalidade e sinceridade orçamentária.

(B) vinculação de receitas, sinceridade orçamentária, exclusividade e transparência.

(C) legalidade orçamentária, exclusividade, vinculação de receitas e transparência.

(D) federalismo, unidade, universalidade e sustentabilidade orçamentária.

(E) sinceridade orçamentária, federalismo, legalidade orçamentária e anualidade.

6. (FCC - 2026)

Representa um dos objetivos do Plano Plurianual (PPA):

(A) fixar os limites das despesas de pessoal e o montante da dívida.

(B) estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas.

(C) prever receitas e ficar despesas para o exercício.

(D) estabelecer diretrizes, objetivos e metas da administração pública.

(E) estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração pública.

7. (FCC - 2022)

O Governo Federal verificou a necessidade de estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública federal para as despesas de capital e outras delas

decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Para tanto, é necessário que essa medida seja implementada na lei que instituir

(A) o plano plurianual.

(B) as diretrizes orçamentárias.

(C) o orçamento anual.

(D) o relatório resumido da execução orçamentária.

(E) o anexo de metas fiscais.

8. (FCC - 2022)

O caput deste artigo estabelece que o projeto de lei do plano plurianual deverá ser devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa, enquanto o § 2º obriga o seu envio, ao Poder Legislativo, até o dia 30 de abril do primeiro ano do mandato do Chefe do Poder Executivo. Isso representará não só um reduzido período para a elaboração dessa peça, por parte do Poder Executivo, como também para a sua apreciação pelo Poder Legislativo, inviabilizando o aperfeiçoamento metodológico e a seleção criteriosa de programas e ações prioritárias de governo. (Razões de Veto ao art. 3º da LRF. Mensagem 627/2000)

É certo que o art. 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal como originalmente decretado pelo Congresso Nacional era o principal da Lei a cuidar diretamente do Plano Plurianual, mas foi vetado nos termos da mensagem acima. À míngua de tal regulamento,

(A) nem o Plano Plurianual nem seu Projeto são regulados, em prazos ou vigências por qualquer outra norma, mas pelos costumes da prática orçamentária que vieram sendo adotados reiteradamente desde 1988.

(B) o Projeto do Plano Plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, nos termos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

(C) o Projeto do Plano Plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro

CONTABILIDADE GERAL

1. (FCC - 2026)

Utilize esse enunciado para a questão.

Uma entidade pública municipal ficou encarregada de desenvolver o portal de transparência para o município em que está localizada. Nesse processo, ocorreu o seguinte:

- De 01/01/2022 até 31/12/2022 foram realizados gastos com pesquisas, no valor de R\$ 75.000, para entender as necessidades informacionais a serem divulgadas.

- Houve a contratação de uma empresa especializada no desenvolvimento de portais de transparência, que desenvolveu o portal de transparência em parceria com servidores da entidade pública. A empresa cobrou o valor total de R\$ 370.000 desde o início até a conclusão dos serviços, que ocorreu entre 01/01/2023 e 31/07/2023.

- Três servidores públicos da entidade estavam diretamente envolvidos no desenvolvimento do portal de transparência e atuaram, em tempo integral, junto à empresa contratada para o serviço durante os 7 meses de desenvolvimento. O valor dos salários de cada um desses servidores (que são iguais), inclusos todos os demais custos pertinentes, para os 7 meses, é de R\$ 100.000.

- De 31/07/2023 até 31/08/2023 foram realizados testes e outras atividades consideradas necessárias para que o portal ficasse nas condições pretendidas pela administração. O custo dessas atividades no período foi de R\$ 15.000.

- Em 01/10/2023 o portal de transparência foi considerado disponível para uso. Nesta mesma data, foi estimada uma vida útil de 10 anos e o valor residual de R\$40.000. Além disso, decidiu-se por utilizar o método das quotas constantes para o cálculo da amortização.

- O portal de transparência foi reconhecido inicialmente pelo custo. Todos os critérios para reconhecimento como ativo intangível foram atendidos.

Considerando o que determina a NBC TSP 08 – Ativo Intangível, a amortização do ativo intangível deve ser iniciada em

- (A) 31/08/2023.
- (B) 31/12/2022.
- (C) 31/07/2023.
- (D) 01/01/2022.
- (E) 01/10/2023.

2. (FCC - 2022)

Considere as afirmativas a seguir:

I. Nenhum ativo intangível gerado internamente que se encontre em fase de pesquisa deve ser reconhecido como ativo intangível no Ativo Não Circulante de uma entidade. Os gastos relacionados à geração desses ativos devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

II. O valor amortizável do ativo intangível com vida útil indefinida deve ser alocado de forma sistemática ao longo da sua vida útil.

III. Amortização é o período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para a utilização pela entidade.

IV. Se um ativo intangível for reconhecido pelo modelo da reavaliação após o reconhecimento inicial, ele deve ser apresentado pelo custo, menos qualquer amortização e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

V. Marcas, títulos de publicações, listas de usuários de um serviço e outros itens de natureza similar gerados internamente não devem ser reconhecidos como ativo intangível.

De acordo com a NBC TSP 08, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, IV e V.
- (B) I e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e V.

AMOSTRA

3. (FCC - 2026)

Uma empresa comercial adquiriu um estoque de mercadorias e as informações sobre a compra são as seguintes:

- A compra ocorreu em 01/12/2022.
- O valor da compra foi R\$ 2.890.800 para pagamento após 19 meses,
- A empresa contratou uma transportadora para levar as mercadorias do depósito do fornecedor até seu próprio depósito e pagou, à vista, R\$ 30.000.

O valor total dos tributos recuperáveis que estão incluídos nos gastos efetuados pela empresa era R\$ 138.000 e o valor dos tributos não recuperáveis era R\$ 96.000.

A taxa de juros vigente era 0,5% ao mês que é equivalente a 10% para o período de 19 meses.

Sabendo-se que a empresa não vendeu qualquer quantidade do estoque adquirido, o valor contábil líquido registrado para os Estoques (no ativo circulante) e para o saldo a pagar aos Fornecedores (no passivo não circulante), no Balanço Patrimonial de 31/12/2022, foram, respectivamente, em reais:

- (A) 2.533.140 e 2.641.140.
- (B) 2.782.800 e 2.890.800.
- (C) 2.920.800 e 2.890.800.
- (D) 2.520.000 e 2.641.140.
- (E) 2.520.000 e 2.520.000.

4. (FCC - 2025)

Para responder a questão abaixo, utilize as informações a seguir :

Em 02/12/2022, a empresa Compra e Venda S.A. adquiriu determinada mercadoria para revenda e pagou, à vista, os seguintes valores:

- Para o fornecedor das mercadorias: R\$ 300.000,00.
- Para a empresa que transportou as mercadorias do depósito do fornecedor até seu depósito: R\$ 20.000,00.

O valor total dos tributos recuperáveis incluídos nos valores pagos foi R\$ 40.000,00.

Em 22/12/2022, a empresa vendeu 80% das mercadorias que haviam sido adquiridas e pagou R\$ 30.000,00 para a transportadora que fez a entrega das mercadorias vendidas.

O saldo contábil da conta Estoques, após a venda e entrega das mercadorias vendidas, registrado no Balanço Patrimonial de 31/12/2022 da empresa Compra e Venda S.A., especificamente em relação às mercadorias citadas, era

- (A) R\$ 52.000,00
- (B) R\$ 60.000,00
- (C) R\$ 64.000,00
- (D) R\$ 56.000,00
- (E) R\$ 62.000,00

5. (FCC - 2025)

Para responder a questão abaixo, utilize as informações a seguir :

Em 02/12/2022, a empresa Compra e Venda S.A. adquiriu determinada mercadoria para revenda e pagou, à vista, os seguintes valores:

- Para o fornecedor das mercadorias: R\$ 300.000,00.
- Para a empresa que transportou as mercadorias do depósito do fornecedor até seu depósito: R\$ 20.000,00.

O valor total dos tributos recuperáveis incluídos nos valores pagos foi R\$ 40.000,00.

Em 22/12/2022, a empresa vendeu 80% das mercadorias que haviam sido adquiridas e pagou R\$ 30.000,00 para a transportadora que fez a entrega das mercadorias vendidas.

O valor do Custo das Mercadorias Vendidas registrado no resultado de 2022 da empresa Compra e Venda S.A., especificamente em relação à venda das mercadorias citadas, foi

- (A) R\$ 248.000,00
- (B) R\$ 208.000,00
- (C) R\$ 240.000,00
- (D) R\$ 256.000,00
- (E) R\$ 224.000,00

6. (FCC - 2023)

A empresa Crystal S.A. adquiriu mercadorias para revenda no valor de R\$ 150.000 à vista, sendo que dentro desse valor estão inclusos tributos recuperáveis de R\$150.000. A empresa Crystal S.A. também teve que desembolsar R\$ 5.000 de frete, e R\$ 1.500 para uma seguradora, para garantir o transporte das mercadorias até o seu depósito.

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 02 – Estoques, o valor a ser registrado na conta de Estoques da empresa Crystal S.A. é, em reais:

- (A) 141.500.

CONTABILIDADE PÚBLICA

1. (FCC - 2026)

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, é uma base de mensuração de passivos o

- (A) custo de liberação.
- (B) custo de reposição ou substituição.
- (C) preço líquido de venda.
- (D) valorem uso.
- (E) custo médio ponderado.

2. (FCC - 2022)

Sobre as bases de mensuração para os ativos e para os passivos, considere:

I.A avaliação da capacidade financeira requer a informação sobre o montante que deveria ser recebido na venda do ativo. Essa informação é fornecida pelo valor de mercado.

II.O custo de reposição de um ativo inclui todos os custos que seriam, necessariamente, incorridos na reposição do potencial de serviços do ativo e é específico à entidade.

III.O custo de reposição fornece informação que facilita a avaliação da capacidade financeira.

IV.O custo de cumprimento da obrigação corresponde aos custos nos quais a entidade incorre no cumprimento das obrigações representadas pelo passivo, assumindo que o faz da maneira menos onerosa.

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e III.

3. (FCC - 2025)

De acordo com a NBC TSP 04, o custo de estoque de

(A) materiais recebidos, em novembro de 2024, por meio de transação sem contraprestação deve ser mensurado no seu reconhecimento inicial pelo custo que a entidade receberia incorreria para adquirir esses materiais em 31/12/2024.

(B) alimentos mantidos para consumo no processo de produção de merenda escolar a ser distribuída gratuitamente deve ser mensurado pelo menor valor entre o custo ou custo corrente de reposição.

(C) material de construção para reparos em edificações deve integrar o preço de compra, os tributos recuperáveis e os não recuperáveis e os gastos com transporte, manuseio, seguro, armazenamento e comercialização.

(D) medicamentos danificados e consequentemente sem potencial de serviço deve ter o seu valor ajustado por meio de uma provisão para perdas que deve ser reconhecida diretamente no resultado patrimonial.

(E) equipamentos médicos sob encomenda que não são normalmente intercambiáveis deve ser atribuído pelo uso do critério último a entrar, primeiro a sair ou pelo critério do custo médio ponderado.

4. (FCC - 2024)

Em uma entidade pública, de acordo com a NBC TSP 04, o estoque de

(A) eletrônicos mantidos para distribuição por valor irrisório deve ser mensurado pelo maior montante entre o custo e o custo corrente de reposição.

(B) produtos de limpeza recebidos em 01/11/2023 por meio de transação sem contraprestação deve ter o seu custo mensurado pelo seu valor justo de 30/11/2023.

AMOSTRA

(C) brinquedos educativos mantidos para distribuição gratuita deve ser mensurado pelo menor valor entre o custo e o custo corrente de reposição.

(D) materiais de construção mantidos para distribuição por valor irrisório deve ser mensurado pelo menor montante entre o custo e o preço realizável líquido.

(E) itens alimentícios mantidos para serem consumidos no processo de preparação de merendas a serem distribuídas gratuitamente deve ser mensurado pelo custo.

5. (FCC - 2023)

Os estoques de materiais educacionais mantidos por um Tribunal de Justiça para distribuição gratuita durante cursos, treinamentos e palestras devem ser mensurados, segundo a NBC TSP 04, pelo menor valor entre o custo e o

- (A) valor em uso.
- (B) valor justo.
- (C) valor realizável líquido.
- (D) custo de liberação.
- (E) custo corrente de reposição.

6. (FCC - 2022)

Considere as seguintes informações sobre um lote de tablets adquirido em 30/06/2021 para distribuição gratuita a estudantes de uma rede estadual de ensino:

Preço de Compra: R\$ 700.000,00

Fretes e Seguros sobre Compra: R\$ 2.000,00

Abatimentos Obtidos: R\$ 30.000,00

No dia 31/07/2021, o governo estadual que adquiriu o lote de tablets não havia realizado a distribuição para os estudantes e constatou que, nesta data, o valor realizável líquido do lote era R\$ 680.000,00 e o custo corrente de reposição era R\$ 658.000,00.

Desconsiderando os efeitos dos tributos, o lote de tablets foi mensurado em 31/07/2021, em conformidade com a NBC TSP 04, pelo valor, em reais, de

- (A) 672.000,00
- (B) 658.000,00
- (C) 702.000,00

(D) 680.000,00

(E) 670.000,00

7. (FCC - 2022)

Em 31/12/2021, uma entidade pública constatou a necessidade de efetuar o registro contábil de ajuste de perdas para adequar o valor de estoques adquiridos em fevereiro de 2021 ao seu valor realizável líquido. O referido registro contábil, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, foi efetuado por meio do seguinte lançamento contábil:

(A) Débito: 2.x.x.x.x.xx.xx Resultados Acumulados Crédito: 1.x.x.x.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques

(B) Débito: 3.x.x.x.x.xx.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques Crédito: 1.x.x.x.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques

(C) Débito: 4.x.x.x.x.xx.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques Crédito: 1.x.x.x.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques

(D) Débito: 6.x.x.x.x.xx.xx Despesa Realizada com Estoques Crédito: 1.x.x.x.x.xx.xx Estoques

(E) Débito: 1.x.x.x.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques Crédito: 2.x.x.x.x.xx.xx Resultados Acumulados

8. (FCC - 2022)

De acordo com a NBC TSP 04, os estoques de produtos de higiene pessoal mantidos para distribuição gratuita e os estoques de telhas mantidos para distribuição por meio da cobrança de valor irrisório devem ser mensurados, respectivamente, pelo

(A) menor montante entre o custo e o custo corrente de reposição e pelo maior montante entre o custo e o valor realizável líquido.

(B) menor montante entre o custo e o custo de liberação e pelo menor montante entre o custo e o valor realizável líquido.

(C) maior montante entre o custo e o custo de substituição e pelo maior montante entre o custo e o valor justo na data da aquisição.

(D) menor montante entre o custo e o custo corrente de reposição e pelo menor montante entre o custo e o custo corrente de reposição.

(E) maior montante entre o valor justo na data da aquisição e o custo de substituição e pelo menor montante entre o custo e o custo corrente de reposição.

AUDITORIA

1. (2026)

A auditoria, conforme apresentada no texto, caracteriza-se como processo sistemático, estruturado e independente de coleta e avaliação de evidências. Considerando essa definição, assinale a alternativa correta.

(A) A auditoria verifica a conformidade de informações econômicas, financeiras ou operacionais com critérios previamente estabelecidos, como normas contábeis, políticas internas ou legislações aplicáveis.

(B) A auditoria limita-se à conferência mecânica de dados, dispensando julgamento profissional e análise crítica.

(C) A auditoria tem por finalidade exclusiva a apuração de litígios judiciais entre partes privadas.

(D) A auditoria substitui a administração na elaboração das demonstrações contábeis.

(E) A auditoria é sempre realizada apenas em processos judiciais, arbitrais ou extrajudiciais.

2. (2026)

No ambiente organizacional, a auditoria desempenha funções relevantes para a governança e para a tomada de decisões. Em relação a essas funções, assinale a alternativa correta.

(A) A auditoria atua apenas após a ocorrência de fraude comprovada, sem finalidade preventiva.

(B) A auditoria contribui para a transparência, prevenção de fraudes, avaliação de controles internos e melhoria da qualidade das decisões.

(C) A auditoria tem como foco exclusivo o cálculo de tributos devidos pela entidade.

(D) A auditoria elimina integralmente todos os riscos de distorção nas demonstrações contábeis.

(E) A auditoria dispensa critérios prévios, pois sua conclusão decorre apenas da percepção subjetiva do auditor.

3. (2026)

A perícia contábil possui natureza e finalidade próprias, distintas da auditoria. Acerca desse instituto, assinale a alternativa correta.

(A) A perícia contábil é uma atividade permanente de monitoramento da governança corporativa.

(B) A perícia contábil é sempre realizada por auditores internos vinculados à entidade auditada.

(C) A perícia contábil é uma atividade técnico-científica voltada ao esclarecimento de fatos contábeis, financeiros ou patrimoniais em situações de litígio, disputa ou necessidade de prova técnica.

(D) A perícia contábil tem por objetivo emitir opinião independente sobre demonstrações contábeis destinadas ao mercado.

(E) A perícia contábil é incompatível com processos arbitrais ou extrajudiciais.

4. (2026)

Auditoria e perícia contábil utilizam conhecimentos da ciência contábil, mas apresentam diferenças fundamentais. Assinale a alternativa que expressa corretamente essa distinção.

(A) A auditoria possui finalidade probatória exclusiva, enquanto a perícia tem caráter preventivo e contínuo.

(B) A perícia contábil é sempre mais ampla que a auditoria interna, pois substitui todos os controles organizacionais.

(C) A auditoria e a perícia têm o mesmo produto final: o relatório do auditor independente.

(D) A auditoria tem caráter preventivo, avaliativo e contínuo, enquanto a perícia contábil tem natureza investigativa, pontual e probatória.

(E) A auditoria e a perícia destinam-se exclusivamente aos investidores e credores externos.

AMOSTRA

5. (2026)

Quanto ao produto final típico das atividades de auditoria e perícia, assinale a alternativa correta.

- (A) A auditoria interna emite laudo pericial contábil destinado ao juiz.
- (B) A auditoria independente elabora parecer técnico-contábil vinculado aos interesses de uma das partes.
- (C) A perícia contábil gera sempre relatório de auditoria interna.
- (D) A perícia contábil e a auditoria independente produzem necessariamente o mesmo documento.
- (E) A auditoria independente tem como produto o relatório do auditor independente, enquanto a perícia contábil tem como produto típico o laudo pericial contábil.

6. (2026)

A auditoria interna possui posição peculiar dentro da entidade. Considerando sua natureza, assinale a alternativa correta.

- (A) A auditoria interna está inserida na estrutura da própria organização, mas deve preservar objetividade e imparcialidade, reportando-se idealmente aos níveis mais elevados da administração.
- (B) A auditoria interna deve ser sempre realizada por firma externa sem vínculo com a entidade auditada.
- (C) A auditoria interna possui independência plena, idêntica à da auditoria independente.
- (D) A auditoria interna não pode atuar em controles internos, governança ou gestão de riscos.
- (E) A auditoria interna tem como objetivo principal emitir opinião ao público externo sobre demonstrações contábeis.

7. (2026)

Entre os objetivos da auditoria interna, assinale a alternativa correta.

- (A) Substituir a administração na gestão operacional diária da entidade.
- (B) Atuar exclusivamente na validação das demonstrações contábeis para investidores externos.
- (C) Avaliar a adequação e eficácia dos controles internos, monitorar normas e políticas, identificar riscos e propor melhorias nos processos.

(D) Produzir prova judicial imparcial para resolver controvérsias entre partes.

(E) Eliminar a necessidade de auditoria independente em qualquer circunstância.

8. (2026)

Sobre o escopo da auditoria interna, assinale a alternativa correta.

- (A) É restrito à conferência de saldos bancários ao fim do exercício.
- (B) Abrange apenas demonstrações contábeis, sendo vedada a análise de processos operacionais.
- (C) Limita-se a investigações judiciais determinadas por autoridade competente.
- (D) Pode abranger aspectos contábeis, financeiros, operacionais, de conformidade, sistemas de informação, governança e gestão de riscos.
- (E) Deve sempre ignorar políticas internas, concentrando-se apenas em normas internacionais.

9. (2026)

No que se refere ao relatório de auditoria interna, assinale a alternativa correta.

- (A) Deve conter somente a opinião sobre demonstrações contábeis para usuários externos.
- (B) É documento voltado exclusivamente ao Poder Judiciário.
- (C) Não deve apresentar recomendações, apenas registrar falhas.
- (D) Substitui o laudo pericial contábil em disputas judiciais.
- (E) Deve apresentar constatações, análises e recomendações orientadas à melhoria dos processos organizacionais.

10. (2026)

A independência da auditoria interna é qualificada como relativa. Isso ocorre porque:

- (A) é exercida por profissionais vinculados à própria entidade, exigindo boas práticas de governança para preservar autonomia funcional e acesso à alta administração.
- (B) é exercida exclusivamente por auditores externos sem relação com a entidade.
- (C) não depende de qualquer mecanismo de governança ou objetividade.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

